

ATA N.º 5/XIII/2023

Sessão Extraordinária

21/08/2023

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção do Público;

2 - Período da Ordem do Dia:

- 2.1 - Discussão e aprovação prévia dos investimentos a realizar com recurso a empréstimo até ao montante máximo €2.930.000,00 para execução de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais;
- 2.2 - Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais até ao montante de €2.930.000,00;
- 2.3 - Relatório de Execução - Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação - "Moita- Percursos de Igualdade" 2022-2025;
- 2.4 - Eleição do representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia, e seu substituto, ao XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 2.5 - 3ª Revisão ao Orçamento Plurianual;
- 2.6 - Contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento da construção da Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores - 2.ª Tranche.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- João Pedro Vaz Figueiredo foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituído por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por João Vasco Ramos Neves
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por Fernando Alves Fernandes Gaio
- João Daniel Baião de Brito Apolónia foi substituído por Susana Isabel Horta Martins
- Elvis João Duarte de Freitas foi substituído por Raquel de Jesus Garcia Capucho
- Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa, foi substituída pelo Secretário daquele Órgão, Pedro Manuel da Silva Aniceto
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias, foi substituída pela Secretária daquele Órgão, Cátia Andreia dos Santos Nunes

Verificação de ausências:

- Após as verificações efetuadas verificou-se a ausência de Raquel de Jesus Garcia Capucho, Ana Isabel Pinto Pereira e Carmen Maria de Mira Mafra.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Manuel Rodrigues

Pede imensa desculpa, mas não tem jeito nenhum para aquilo que aqui fazem, que é política. Com esta idade, gostava de ter feito política, mas nunca teve jeito para isto, portanto, dá os parabéns a todos por estarem aqui a fazer um trabalho, em vez de estarem de férias, e estarem aqui a defender os interesses das pessoas da sua terra. Gostava muito, no seu currículo, de contar com uma atividade como a dos eleitos presentes e, se calhar, vai morrer sem fazer isso. Tem um handicap, nunca teve partidos políticos e, infelizmente, em Portugal a política está reservada a quem pertence a partidos políticos.

Há uns anos, fez uma candidatura do PRD à Câmara da Moita, e ganhou um vereador, quando ainda houve a esperança do PRD, mas teve o prazer de eleger um vereador, que depois foi administrador do hospital do Barreiro, com mais 21 que lá andam, mas foi um gozo muito grande concorrer para a Câmara da Moita, e não quis ser o líder, quis juntar pessoas, e fizeram uma candidatura, e o Serafim, no tempo áureo em que os seus ex-camaradas comunistas não previam, o Serafim foi eleito.

Está um pouco emocionado, porque esta sala tem muito a ver consigo. Para quem não sabe, o seu pai foi o primeiro presidente da Câmara desta terra. E, quando houve o 25 de Abril, pensava que “todas as pessoas que foram às castanhas na casa do cadeireiro” iam estar unidas para construir um país em liberdade e, lá fora, só ouvia a malta da UDP e do MRPP a contestar porque os comunistas estavam a instalar aqui uma comissão administrativa. A única vez que esteve aqui foi a seguir ao 25 de Abril, em noites quentes como esta, e quando saiu daqui quase que era agredido pelo Faísca do MRPP de Alhos Vedros, mas fugia deles todos e então, desde esse dia, decidiu que o ser independente e não queria pertencer a nada destas coisas.

Vem aqui trazer 3 pontos. O primeiro, António do Carmo, e quem está aqui a representar a Assembleia Municipal da Moita, se calhar, não sabe que uma das figuras mais importantes que esta terra teve foi o António do Carmo, além do José Luís Nunes, pessoas que admira muito, além de outras pessoas. Há uma figura nesta terra que nunca ninguém falou nela, e gostaria que pensassem o que é que podem fazer por essa figura, porque é uma pena a Moita não reconhecer os homens mais brilhantes que esta terra teve. O António do Carmo foi toureiro, foi um dos jovens que, como o Procuna e o Velasquez, quiseram ser toureiros. Há muitos anos, era a grande promessa do toureio no país, mas teve um problema com a justiça, engravidou uma jovem, naquele tempo, isso era crime e ele fugiu de Portugal. Em Espanha, tentou ser toureiro, não conseguiu, foi para o México, a passar fome, tentou ser toureiro no México e, aos 50 anos, apresentou-se na Monumental do México, que é a maior praça do toiro, com um bilhete de identidade falso, e deram-lhe a alternativa, porque ele tinha lá colocado 30 anos. O empresário até disse que nunca ninguém tomou alternativa aos 30 anos, mas o António do Carmo tinha 50.

Mas, gostaria de dizer que o António do Carmo tem uma faceta que deve ser louvada. O António do Carmo, depois de desistir de ser toureiro, foi professor de português na universidade do México, foi o professor que mais se destacou no ensino do português no México. O António do Carmo tem livros editados, e acha que é uma lacuna muito grande a Moita não o reconhecer, não fazer qualquer coisa por ele. O António do Carmo, passado 30 anos, voltou à Moita, quis tourear na sua terra, porque o grande sonho dele foi tourear na Moita e nunca conseguiu. A Moita tem uma qualidade extraordinária, que é ser muito boa madrasta e muito má mãe para as pessoas que nasceram aqui. É muito mau nascer na Moita, mas é muito bom vir para cá, inclusivamente, há pessoas que, neste momento, dirigem certas instituições na Moita que nem gostam nada disto, dos toiros, da festa da Moita, acham isto tudo horrível, mas, os que são da Moita, gostam muito de tudo isto.

Está aqui a fazer um apelo, porque o António do Carmo, depois de ser matador de toiros, nunca toureou na terra dele. Se forem à serra da Arrábida amanhã, ele, com 75 anos, está a treinar para ser toureiro, porque ainda não desistiu do sonho de tourear na Moita. Tem o fato de campo dele, tem o estoque, tem todos os artigos que saíram na época, tem o património todo que ele lhe deixou, e acha que esse património não devia estar na sua garagem, mas devia estar num sítio da Moita, para que se saiba, quando o Velasquez, o Procuna, e outros jovens tiveram a felicidade de ser toureiros na Moita, que o António do Carmo lutou uma vida para ser toureiro e, na Moita, nunca conseguiu tourear. A Sociedade Tauromáquica da Moita é gerida pelo filho do antigo presidente fascista, Vítor Brito de Sousa, portanto, os gestores na Moita continuam a ser o que eram e que sempre foram.

A segunda questão, é uma história que vai contar, e foi diretor da FNAC muitos anos, está muito ligada à cultura, vive em Lisboa, e assistiu este ano aos concertos do Festival do Largo, em Lisboa, onde se deram os grandes concertos de música clássica, e viu anunciar um concerto do conservatório de música

do Montijo. Foi assistir e viu 50 jovens do Montijo, com uma orquestra sinfônica, ficou emocionadíssimo e, ao seu lado, sentou-se uma senhora, muito feliz, muito contente, que lhe disse, e não o conhecia de lado nenhum, “sabe, a minha filha é aquele violino que está ali, é a Sofia. Infelizmente, vivemos numa terra onde não há nada pela cultura, é uma terra deserta da cultura, a única coisa que há lá naquela terra são as largadas, e as largadas e as largadas, e eu levo a minha filha todos os dias ao Montijo, ao Conservatório, porque na minha terra não há nada de cultura”, e então perguntou-lhe onde é que morava e a senhora disse “eu moro na Moita, e o meu grande sonho é que a cerâmica seja um grande espaço de artes”. A cerâmica, onde o próprio ia com as suas namoradas em miúdo, continua abandonada há 50 anos, e esta pessoa que vive aqui na Moita, que não é da Moita, vive num desespero enorme porque, todos dias, tem que levar a filha ao Montijo, ao Conservatório, e sentiu-se triste por o Montijo ter uma sinfônica daquelas.

Neste momento, pertence à Confederação da Música Portuguesa, que representa 700 filarmónicas, e aproximou-se da banda de música da Moita. Hoje, não quer chatear muito, quer só vir aqui dizer adeus e depois volta cá daqui a 50 anos, e passados 50 anos, veio cá hoje, e só quer dizer que o que viu na banda de música da Moita incomoda-o imenso. Nestas épocas, faz anos, que a maior alegria que teve, e por isso é que quer ajudar as filarmónicas em Portugal, de ir para a Capricho Moitense e ouvir a banda ensaiar para as touradas da festa da Moita. O Justo tocava saxofone, o “toca a caixa” tocava caixa, e nunca mais deixou de se arrepiar cada vez que penso que numa filarmónica. A Moita tem uma pequena banda de música, há dias foi ver um concerto na Capricho Moitense, porque a Moita não tem um espaço cultural, a Baixa da Banheira tem um, com o nome de um antigo jornalista lá da Baixa da Banheira, e a Moita não tem. E estive na Capricho a ver o concerto da banda de música da Moita, é aquilo parecia mais uma discoteca. Não há palco, não há nada.

A Estrela Moitense, onde o Alfredo passava os cinemas, e o filme que mais gostou de ver foi o Cinema Paraíso, porque o Cinema Paraíso reflete o que era a Moita daquela época, e só vem aqui pedir que pensem um pouco sobre o que é que está a acontecer na Moita, na cultura da Moita, a acha que a Moita merecia mais do que aquilo que tem, e custa-lhe a si. em Lisboa, ouvir uma pessoa da Moita dizer que a filha tem que ir para o Montijo aprender música, e ouvir as pessoas que dirigem a orquestra da Moita que a banda tem algumas dificuldades, e ver no concerto oferecerem três instrumentos, e o maestro vir agradecer e até dizer o preço dos instrumentos, e até a sua filha lhe perguntou se era preciso saber o preço dos instrumentos. Acha que, hoje em dia, com o PRR e com os 71 biliões de euros que pagam, com as multas de trânsito que pagam, e que o Estado está cheio de dinheiro como nunca, a Moita devia pensar. É certo que se rouba 50%, mas os 50% que não se rouba devem ser bem investidos, e acha que a Moita deve investir na cultura.

Também o preocupa o que se passa com saúde na Moita, porque quando as pessoas da Moita estão doentes, vão para o hospital do Barreiro, e o que se passa no hospital do Barreiro é uma desgraça, e não sabe se têm noção disso. Uma pessoa amiga aqui da Moita que teve um cancro, ligou-lhe, estavam no Barreiro, e veio a saber que no Barreiro não havia um gastroenterologista, e, um individuo com cancro no fígado, mandaram-no vir para a Moita para morrer. Conseguiu levar a pessoa para o Curry Cabral, foi operado e está curado, mas, na altura em que ele estava doente, não havia um gastroenterologista no Barreiro. Estavam 2 de baixa prolongada e um estava de férias, portanto, a saúde é uma coisa em que a Moita tem que pensar, e que os presentes, enquanto Assembleia Municipal, se deviam preocupar.

Por fim, como gosta muito da Moita, fez uma marcha para as festas da Moita, e vai ter o prazer, nas festas da Moita, que uma banda de música toca aquele hino e que se canta a festa da Moita, porque a Tarde do Fogareiro, que é das coisas mais agradáveis que se fez nesta terra nos últimos anos, também isso, os órgãos que coordenam tudo isto, transformaram a festa do fogareiro, que era a coisa mais agradável, em que se vinha comer e beber com os amigos e depois ouvia-se o Uga Uga, hoje em dia não se pode vir, é barulho, cada um mete a sua discoteca à porta, são 33 discotecas pela avenida acima, não há paciência, e acha que deve ser preservada a cultura da Moita. Vem o Papa a Portugal, em vez de se apresentar o Uga Uga e o pouco que têm de cultural, apresenta-se as sevilhanas de Sevilha, e acha que têm que preservar muito a cultura da Moita.

E, pede desculpa por este incómodo, mas, ao fim de 50 anos, achou que devia dizer isto. Foi muito difícil ser filho do Staline Rodrigues, e hoje também foi difícil passar as 2 pontes para chegar aqui, com filas nas 2 pontes, até estava a ver que não ia conseguir chegar a horas, mas chegou, e disse o que queria, e o que não queria vai dizer noutros sítios e noutras oportunidades.

Parabéns por aquilo que fazem, obrigado por cuidarem da Moita, mas pensem na cultura e pensem em muitas coisas que se tem que fazer por esta terra, porque é uma pena estar um pouco abandonada, e acho que podem continuar a pagar 20000 euros para a Gisela João vir aqui cantar, quando um concerto

custa 5000, mas podem continuar a trazer aqui e a não deixar florescer os artistas que têm nesta terra, e há aí muito talento nesta terra.

Sra. Helena Pereira

Vem aqui, mais uma vez, a esta Assembleia dizer que, apesar de já ter falado pessoalmente com a senhora engenheira Sandra Costa, diretora do DGVT desta Câmara, que a ajudou a colocar por escrito, na app Moita+Próxima o assunto do seu terreno, sito na rua Camilo Castelo Branco e na rua Dom Dinis, nas Arrozeiras, porque tudo continua na mesma. A vala feita pelas garras das máquinas está cada vez mais funda, os monos e todo o tipo de lixo continua a ser depositado todos os dias, e os alicerces do muro estão cada vez mais à vista. Gostaria de saber, se o muro abater, de quem é a responsabilidade. E, já agora, acrescenta que há ervas secas, talvez com 1 metro de altura, junto ao muro do outro lado na rua Dom Dinis, e que voltará as vezes que forem necessárias a esta Assembleia, até que este assunto seja resolvido, uma vez que não pode participar nas reuniões da Câmara, em virtude de elas se realizarem às 15:00.

Sra. Tânia Bento

É munícipe do concelho da Moita, e o que a traz cá hoje são as recorrentes descargas de esgotos que há no concelho. Pensa que é um assunto, praticamente, do conhecimento de todos, mas alguns não residem na freguesia de Alhos Vedros, portanto, têm conhecimento, talvez por ouvir falar, mas não tem um conhecimento profundo daquilo que os fregueses passam naquela freguesia. O executivo da Câmara, atualmente, está sensibilizado e tem feito trabalho para resolver algumas questões, embora ainda haja trabalho a fazer, mas o que a traz cá são as grandes descargas que existem junto ao moinho, e que acha que é constrangedor para todos os eleitos da Assembleia Municipal e para os que residem na freguesia, porque vão, constantemente, ao cais e o cais está, recorrentemente, com esgotos, portanto cheira mal.

Acha que é lamentável, que já não devia acontecer, e pensa que devem, e não vai afirmar que as descargas são da Simarsul, mas, atendendo ao volume que existe, é possível que seja, portanto, se calhar, tem que haver uma intervenção da Assembleia Municipal, mais ativa. Sabe que houve uma visita recentemente, mas, se calhar, não é o suficiente e tem que se aferir e investigar. Sabe que as descargas têm que ser filmadas na hora, mas, se calhar, tem que haver uma ação mais proativa de todos, porque o que também sabe é que têm havido, porque vai trocando informações com a responsável do saneamento, e sempre que a chama ela vai e faz recolhas, aliás, sabe que foram recolhas de análises, mas ainda não sabe o resultado, e gostava de saber.

Pensa que tem que haver uma ação mais proativa e, repete, de todos, de todas as forças políticas, porque isto, de facto, não é uma questão política, é um problema real do concelho e tem que ser visto como tal.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Em relação ao assunto trazido pela senhora Tânia Bento, e ainda bem que aqui traz, dizer que a Câmara Municipal, e este executivo, desde que tomou posse, ao contrário daquilo que era a forma de atuar até então, assumiu, desde logo, que este era um problema real, era um problema que urgia resolver, e também a enorme dificuldade que é encontrar soluções para este problema, mas a sua forma clara e transparente de atuar, é que lhes permitiu ter uma boa relação com a APA, cuja postura inicial era vir e passar multas, e conseguiram chegar aqui a uma fórmula de entendimento, em que estão a demonstrar que estão a atuar, que estão a corrigir todas as situações que identificam e que são identificadas, mas como aqui muitas vezes é dito, às vezes, tem que ser na hora, se bem que agora, graças a um equipamento que compraram há pouco tempo, já não é preciso haver essas descargas para, em algumas situações onde as ligações estão mal feitas, detetarem essas irregularidades na rede de águas residuais.

Mas, ainda há um enorme trabalho a fazer, e o problema que a senhora Tânia Bento aqui traz é um problema que todos verificam e todos têm que se mobilizar neste sentido, porque haverá, ou alegadamente há, uma estação elevatória da Simarsul nas imediações do palacete do Condes de Sampayo e que, pontualmente, às vezes, umas vezes mais que outras, já tem acontecido descargas. O

que é certo é que, sempre que a Câmara Municipal, seja de dia, seja de noite, deteta essas descargas, seja através de denúncias de populares, em que é ativado o Serviço Municipal de Proteção Civil, e outros, para se deslocarem ao local fazer esses registos, atuam e encaminham para a APA, que é a quem cabe levantar, mediante a informação que têm, e para o SEPNA, levantar o respetivo auto.

Dizer que estão muito atentos, continuarão atentos, estão a fazer pressão junto da Simarsul para que o problema se resolva de uma vez por todas, mas, como aqui foi dito, toda ajuda é bem vinda, e tanto a autarquia local, neste caso, a Junta de Freguesia, tem autonomia, no imediato momento em que deteta uma situação de irregularidade, de ela própria comunicar às autoridades, não tem que estar à espera da Câmara Municipal, tal como os populares podem contactar a Câmara Municipal, mas também podem no imediato, contactar logo, neste caso, a SEPNA, a GNR do ambiente, ou então a APA, no sentido de ser mais célere a identificação do produtor daqueles resíduos, daquela descarga, para que o infrator não saia beneficiado.

É com isso que podem continuar por parte do executivo, com o seu trabalho, com a sua dedicação para resolver para resolver as situações que existem, sendo que a primeira vez em que foi utilizada, a máquina identificou 12 ligações irregulares, que não estavam conforme o que o que seria previsto, e as situações são vão sendo corrigidas, mas vão sendo muitas situações, situações, algumas delas, ao longo de décadas, onde era necessário ter havido uma maior fiscalização da forma como eram feita a rede de esgotos e, na altura, não havia esta consciência ambiental que existe hoje em dia, e bem, e muitas das vezes a prática que existia era fazer um furo ladrão, por assim dizer, para que se em algum momento a rede de esgotos ficasse entupida, no período da garantia que houvesse, o empreiteiro, ou o promotor da obra, não tivesse que fazer qualquer trabalho, porque depois aquilo ia das pluviais, estava sempre a correr e estava sempre resolvido. Ou então, às vezes, até era mesmo porque a rede que ficava mais próxima era aquela, o que garantia melhor pendente, e era à que eles faziam a ligação, e têm sido muitas as situações que identificam hoje em dia. Estão a identificar, mas agora, com as estradas tapadas, com tudo tapado, é muito mais difícil.

Têm estado a investir em maquinaria e equipamento, e gastar muito daqueles que são os seus recursos a resolver essas situações, e é esse trabalho que vão continuar a fazer, e para isso contam também com o apoio da população na identificação desses casos, porque a Câmara Municipal não consegue estar em todo o lado, e assim que eles forem identificados, ficam mais próximo de ser resolvidos.

Relativamente à senhora Helena Pereira, e não sabe se a Vice-presidente Sara Silva vai querer acrescentar algo, mas aquilo que depreendeu das suas palavras é que as pessoas continuam, e continuam diariamente, a depositar monos. Não é preciso nada de especial para perceber que existem dias específicos para a deposição de monos, e só pelas suas palavras, se depreende que existe algo irregular a acontecer naquele local, porque existem dias específicos para a sua colocação, e é impossível manter aquele espaço limpo se as pessoas não respeitarem o que o que está previsto, mas vão ver e avaliar essa situação.

Relativamente ao senhor Manuel Rodrigues, passava a palavra à Vice-presidente Sara Silva, e lamenta muito que o senhor Manuel Rodrigues não tenha ficado para ouvir a resposta, mas também, hoje em dia, com o advento das novas tecnologias, poderá assistir no conforto da sua casa, ou onde achar por bem, poderá sempre ouvir a resposta que será dada.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

A questão que o senhor Manuel Rodrigues lhes traz aqui, por aquilo que depreendeu e pelos contactos que tem feito, inclusive com a divisão da cultura, onde já lhes apresentou alguns projetos que gostaria muito de ver feitos no concelho da Moita, e o senhor Manuel Rodrigues pede para que se faça pela cultura na Moita. Pede ele, e quer muito este executivo fazer. Houve da parte do executivo uma grande preocupação e um grande investimento na programação cultural, e isso foi visível no último orçamento, em que tiveram um investimento bem grande, e que lhes facilitou, de alguma forma, terem aquele fórum cultural a funcionar com programação digna do espaço que é. Também disse que a Moita não era só touros, mas entenda-se que a própria tauromaquia, de facto, faz parte da cultura da Moita, por isso é sempre bem-vinda, e estão cá para apoiar a cultura.

Dizer também ao senhor Manuel Rodrigues, provavelmente, porque vive fora do concelho, que a nível da cultura, já estão numa fase mais adiantada do que aquilo que lhe parece que tenha conhecimento, e por isso informar que o projeto Música Já, que está à disposição de todos aqueles que moram no concelho, e aqueles que não moram no concelho, dando também aqui uma oportunidade de igual forma para que todos possam frequentar esta formação, que é uma formação de capacitação para quem tem interesse na área da música, e estão em fase final do projeto, que irá ser apresentado nas festas da Moita, e também aqui, é o que chama um grande investimento na cultura no concelho.

Quanto ao espaço cultural que o senhor Manuel Rodrigues diz ser um espaço cultural da Baixa da Banheira, não concorda, porque entende que o espaço cultural do Fórum José Manuel Figueiredo não é um espaço cultural da Baixa da Banheira, mas sim um espaço cultural do concelho da Moita.

Também referiu que deviam apoiar e fazer um investimento nas bandas filarmónicas e, de facto, a Câmara da Moita tem tido essa preocupação, até porque já têm duas bandas filarmónicas, a do Rosário e a da Moita, que têm tido apoio da Câmara, têm sido chamados para todos os eventos que têm promovido, por isso, também aqui, estão de consciência tranquila.

Por fim, dizer que a Tarde do Fogareiro é uma festa, um convívio entre habitantes e visitantes, tem muita animação, promove os laços sociais e também faz parte da cultura da Moita, portanto, continuam a insistir que apoiam a cultura e que promovem a cultura, e é esta nota que quer dar ao senhor Manuel Rodrigues, para que, de alguma forma, se sinta mais reconfortado, porque a cultura da Moita não está de todo esquecida. É um investimento, é uma preocupação do executivo, tem sido alvo de um grande investimento por parte da Câmara, e é assim que vai continuar assim.

Em relação à senhora Helena Pereira, que fez a reclamação na Moita+Próxima, e pede desculpa por não se recordar da vala que diz que se vai aprofundando, desconhece também se dura há muito tempo, há pouco tempo, não tem isso presente, mas, de qualquer forma, os monos que lá são depositados são recolhidos pela Câmara Municipal e só deveriam ser depositados, como o senhor Presidente já disse, em dias específicos para o efeito. De qualquer maneira, estão atentos, vão recolhendo, e perante o facto de trazer aqui a preocupação de que a vala se vai aprofundando, terão que verificar se já foi alvo de alguma anotação e de avaliação.

Quanto ao terreno onde diz que há ervas secas, porque não o referiu, acabou por não perceber se é um terreno público ou privado, de qualquer forma, as equipas estão a trabalhar no terreno, a desmatagem está a todo vapor, portanto, se ainda não foi limpo, possivelmente, nas próximas semanas será limpo, com certeza.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Permitam-lhe saudar, mais uma vez, as pessoas que aqui vêm colocar as suas questões, porque, de facto, este é um momento importante para que os eleitos saibam o que acontece no concelho, e também é esta a ferramenta para que o possam saber. Naturalmente, estão sempre disponíveis ferramentas tecnológicas, mas acha, tanto nas duas intervenções que aconteceram do Público, quer até nas palavras da senhora vereadora, que a relação pessoal é importante, quando se referiu à Tarde do Fogareiro, e este contacto com as pessoas é importante, portanto, também os ajuda a conhecer os sentimentos e as questões das pessoas.

A bancada da CDU, naturalmente, faz boa nota das questões que aqui foram colocadas, que merecem a reflexão do executivo da Câmara Municipal, e merecem as devidas respostas, uma vez que também não são situações novas, quer a situação dos esgotos, quer o que a senhora Helena Pereira aqui trouxe, que crê ser a segunda ou a terceira vez que aqui coloca, e bem, naturalmente, e apelam à sua rápida resolução.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Queria fazer uma ou duas referências, e começaria pelos esgotos, porque também não é novidade que na Baixa da Banheira há um esgoto a seguir à piscina, do lado de quem vai para o Lavradio, que tem uma comporta que só é aberta pela Simarsul e que, de vez em quando, está aberta e a deitar esgotos para o rio Tejo. Sempre que alguém da Simarsul é contactado dizem que há uma avaria, portanto, de vez em quando, há avarias um bocado estranhas, e é bom que a Câmara arranje também que, uma vez por outra, passe por esses sítios, veja, e não esteja só à espera que os cidadãos façam as respetivas denúncias. A própria Câmara tem os seus fiscais, paga à Simarsul, e não paga pouco, portanto, deve tentar controlar essas situações.

Quanto à questão da senhora Helena Pereira, já percebeu o problema em relação à vala, e é claro que o que se passa ali é que despejam para lá tudo, a Câmara quando vai apanhar, vai com uma espécie de retroescavadora e vai afundando cada vez mais a vala, e qualquer dia o muro está cá em baixo. Portanto, pensa que é fácil dizer a quem vai apanhar que também leve uma pá de terra na retroescavadora e que vá atacando aquilo, porque senão, qualquer dia, o muro está mesmo de "patas

para o ar". Já que não podem fazer nada em relação às pessoas que largam os monos em qualquer altura, em qualquer dia da semana, o que se pode fazer é tentar minimizar o impacto da vala, porque é normal que trabalhador, quando lá chega, meta a pá para tirar aquilo, e vem terra atrás, a seguir têm é que repor aquilo que tirou de lá, portanto, isso é fácil de ver e este problema da vala já veio aqui à baila três, quatro ou mais vezes, e se for a segunda, à primeira devia ter sido logo atacada para não haver uma segunda.

Em relação ao senhor Manuel Rodrigues, que fez uma intervenção à maneira dele, conhece-o bem e há muitos anos, e alertou para alguns problemas da cultura, e é claro que não concorda com aquilo que ele disse, de que a Baixa da Banheira tem uma casa da cultura, porque a casa da cultura é do concelho, e também não tem o nome de um jornalista, por acaso o filho é um jornalista, mas isso, se calhar, é porque está há muito anos afastado, porque o nome é de alguém que foi vereador desta Casa durante alguns anos, portanto, é uma pessoa que merece o respeito de todos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Discussão e aprovação prévia dos investimentos a realizar com recurso a empréstimo até ao montante máximo €2.930.000,00 para execução de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais

A proposta infra foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do PS, um do Vereador Independente, e quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 12/07/2023:

“Considerando que,

- a) É relevante para o município melhorar a rede de águas residuais existente no concelho, tendo os serviços previsto uma necessidade de investimento de 2.930.000,00 € (dois milhões novecentos e trinta mil euros), conforme memória descritiva junta em anexo.
- b) Que os recursos do orçamento municipal não comportam atualmente receita própria para a realização dos investimentos acima referidos, dado que apesar de existirem disponibilidades em tesouraria, estas estão orçamentalmente já afetadas a despesas orçamentais.
- c) À data são cumpridos os limites de endividamento impostos pelo artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e o Município reúne os requisitos legais necessários para a contratação de empréstimo de M/L prazo, nos termos dos artigos 49.º, 51.º e 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), uma vez que, o Município possui margem disponível de endividamento, conforme mapa demonstrativo da capacidade de endividamento (04/07/2023), anexo à presente proposta (Anexo II);
- d) O empréstimo é superior a 10% da despesa de investimento no orçamento municipal de 2023, pelo que nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é necessária a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal dos investimentos a financiar pelo empréstimo, ou seja, de acordo com a legislação, independentemente do investimento estar previsto em Plano Plurianual de Investimentos, é necessário discutir e autorizar previamente o mesmo, pelo facto de ser realizado com recurso ao financiamento por crédito bancário .

Tenho a honra de propor que:

A Câmara Municipal da Moita delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, após discussão, a autorização prévia para a realização dos investimentos de execução obras de remodelação e construção das redes de águas residuais, a financiar por empréstimo bancário, constantes na memória descritiva junta em anexo.

Anexos:

Anexo I – memória descritiva

Anexo II - demonstração dos limites de endividamento (modelo do TC)”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Falando da proposta que aqui trazem, acredita que todos já tenham tido oportunidade de a ler e ter contato com a mesma, e aquilo para que chamava a atenção é que esta proposta aparece aqui pela segunda vez, porque, fruto de uma portaria do governo, a Câmara pode aceder a condições mais favoráveis no âmbito do financiamento junto da banca. E, feito esse exercício, eram obrigados a trazer aqui a proposta novamente, para iniciar todo o processo, visto que as condições financeiras se tinham alterado, e não é mais um mês, ou menos um mês, num pedido de empréstimo que terá impacto nos próximos 20 anos, que fará, certamente a diferença, quando depois, a longo prazo, o resultado for menos oneroso ou a Câmara ter menos encargos nesse aspeto, por os encargos com a dívida serem menores, e é por isso que trazem aqui esta proposta.

Mas, logo quando discutiram o valor do empréstimo, colocaram em causa para que sítios é que ia o dinheiro, ou para onde é que o dinheiro do empréstimo que estavam a pedir, e sempre disseram que a Câmara Municipal tinha na sua posse tanto os orçamentos como a localização das intervenções, decidiram, e acho que corretamente, trazer aqui à consideração e apreciação o sítio para onde é que vai ser investida cada uma dessas verbas que depois será, neste caso, subordinada ao financiamento.

Só queria dar aqui alguns exemplos, que acha que são dignos de nota e, se consultarem a página 5 do documento, no que se refere à intervenção 2.2 - avenida 1º de Maio, Vale da Amoreira, os técnicos desta Câmara escrevem o seguinte: “As redes de drenagem de águas residual doméstica e pluvial nesta avenida têm vindo a deteriorar-se. Para além de serem redes antigas, a frequência do tráfego de veículos pesados, bem como a intervenção recente a que foi sujeita à avenida, sobrecargas, vibrações, compactações, entre outras, promoveu a fragilidade das infraestruturas integradas, pelo que é necessário intervir na sua reparação estrutural, de forma a promover o prolongamento da sua vida útil.”

Ou seja, aquilo que a Câmara faz, atualmente, e que é a postura e a forma de trabalhar deste executivo, se tiverem que escolher entre pôr alcatrão ou fazer uma rede de abastecimento de águas ou fazer a rede de esgotos, fazem a rede de esgotos e a rede de água e, só depois, se tiverem disponibilidade financeira, é que colocam a camada de betuminoso. Anteriormente, o que interessava era o que ficava à vista, que era uma camada de betuminoso bonita e depois todos os problemas que estavam subjacentes estavam enterrados. Mais, a própria intervenção que fizeram na avenida 1º de Maio, no Vale da Amoreira, para além de terem gasto dinheiro dos fundos comunitários que foram participados para fazer a intervenção naquela avenida, fragilizou as redes enterradas, por isso, o que era de bom tom, e era uma boa medida de gestão financeira, era saber gerir bem os dinheiros públicos e, além de fazer a intervenção de cosmética, a que fica por cima, a que se vê e que fica bonita, fazerem a das infraestruturas, porque essa tem impacto na vida do dia a dia das pessoas. Hoje em dia, quando dizem que a estrada abate, abate por causa destas situações. A estrada abate naquela avenida, numa avenida nova, por causa destas situações que os técnicos da Câmara aqui colocaram.

Situação similar, estava para acontecer aqui na rua de São Sebastião, e que só não foi repavimentada por opção deste executivo, porque sabiam o problema que lá estava por baixo, e estavam a preparar as peças para poderem requalificar toda aquela rua. Acontece que, lei de Murphy é o que é, e o buraco apareceu mais cedo, ou seja, houve uma falha estrutural da conduta que fez com que tivesse aparecido aquele buraco, mas aquele buraco não se circunscreve só aquele buraco, e disso já falaram aqui nesta reunião.

Depois, têm outro conjunto de intervenções em outros sítios, onde nunca foi pensado fazer intervenções neste concelho, e as pessoas também são munícipes deste concelho, e o que está previsto é, nomeadamente, a rede de águas residuais e domésticas do Alto do Pontão. Acha que isto é algo muito significativo para estas pessoas, passarem a ter rede de águas residuais e domésticas, mas quem diz do Alto do Pontão, diz a execução de águas residuais domésticas do bairro 1º de Maio, no Penteado, que também acha fundamental, porque o Penteado também faz parte da freguesia da Moita, e necessita e carece deste investimento na execução da rede de águas residuais domésticas, ou então, a execução da rede de águas residuais e domésticas no interior da Brejoira. E pode dizer mais investimentos, como a execução da rede de águas pluviais nas traseiras da rua da Paz, na Moita, que

quando estiver feita, esta execução da rede de águas pluviais, poder-se-á, finalmente, terminar o estacionamento que está previsto naquela zona, ou seja, não avançam com as obras sem terem a parte das redes enterradas devidamente executadas.

Depois, neste conjunto de propostas, trazem um que também é significativo, porque as pessoas perguntam-lhes, e vão perguntar, porque vão sair surgir fotografias como já saíram nas redes sociais, ou não, das grelhas da marginal. A marginal tem mais de 1 km de extensão de uma grelha que poderia ser utilizada como grelhas de jardim, e não poderia ser um jardim muito grande, duma moradia ou da casa de alguém, mas não é admissível naquele espaço público porque, quando as máquinas varredoras estão a varrer a via pública, a única coisa que fazem é mandar terra para aquelas grelhas que, rapidamente, e naturalmente, com o uso, com o tráfego normal do dia a dia, entopem, e entupindo não cumprem a sua função, e têm menos de 10 cm de largura, o que nem sequer dá para pôr uma pá e um ancinho não cabe lá, tem que ser uma ferramenta que os artífices, os trabalhadores da Câmara Municipal fizeram, para conseguir limpar com uma maior facilidade aquelas grelhas.

É um trabalho fastidioso, é um trabalho que, não queria utilizar a palavra desumano, porque é demasiado forte, mas que acha que é injusto, por uma má opção técnica, ter que forçar os trabalhadores da Câmara, uma e outra vez, a estarem a cavar, porque na prática estão a cavar terra que acaba por ficar compactada, a abrir um rego por mais de 1 km, uma e outra vez, ao longo do ano e, ainda assim, aquelas grelhas não funcionam. Substituíram, ao lado da Câmara Municipal, com uma medida para experimentar que correu muito bem, e é essa ação e é isso que se propõem a fazer no resto da avenida, algo que também sempre disseram, desde o início, que teriam todo o interesse em fazer.

Também na avenida Alfredo Dinis, no Vale da Amoreira, se vai fazer a reparação da rede de drenagem de água residual e doméstica, e todo um conjunto de intervenções para as quais chamaria a atenção. Agora, de todas as intervenções que chamaria a atenção, há uma que salta à vista, e que a si o deixou surpreendido pela negativa, e quando diz surpreendido pela negativa, é porque isto já devia estar feito há uns anos.

Na página 11, os técnicos da Câmara propõem, e bem, fazer o estudo pormenorizado da rede de saneamento do Vale da Amoreira, que passa a ler: “O estudo do cadastro das infraestruturas enterradas é um elemento indispensável para a gestão eficiente das redes do território, essencial na resolução dos problemas. O conhecimento da rede permite, entre muitos benefícios, a agilização na identificação e tratamento de situações, reduzindo o tempo de resposta às exposições da população, o planeamento de novas obras de intervenção, a manutenção preventiva das redes e uma melhoria na gestão operacional. Os dados recolhidos referem-se à localização, com precisão e rigor, da disposição das redes existentes, materiais de antes, entre outras características”, ou seja, é preciso fazer este estudo, este cadastro, porque ele não existe, e a freguesia do Vale da Amoreira não tem assim tão poucos anos. Não estão a falar de uma coisa que apareceu ontem e “olha, peço desculpa, esquecemo-nos”. Não, isto já está assim há anos.

Aqui, no ponto 8 da página 11, o que se propõe é executar rapidamente o básico para a freguesia do Vale da Amoreira, agora União de freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, mas para si, por todo o carinho que lhe tem, continuará sempre a ser a freguesia do Vale da Amoreira. Ou seja, esta freguesia não tem o cadastro, e é claro, quando há ruturas e quando é preciso intervir, que nem sabem quais são as ligações que existem, quais são os materiais que existem, e nem sabem qual é que é o material que tem que levar e qual é equipamento que têm que levar para intervir. Tem que ser com base na experiência do A, do B, ou do C, que se, por acaso se reforma, lá se vai o arquivo vivo, e daí perguntar como é que uma Câmara Municipal se permite estar nestas condições.

Por isso, e porque não é fácil resolver estes problemas das redes de águas residuais, das redes de águas prediais, das redes de águas pluviais que têm, de uma assentada só, e mesmo estes valores não darão resposta a todas as necessidades que reconhecem, mas também existe um compromisso, que é a Câmara continuar, com verbas próprias, a desenvolver este trabalho, prova disso é a intervenção que estão a fazer em Sarilhos Pequenos e que também já devia estar feita há anos, e a intervenção que vão agora lançar para a Fonte da Prata, que já foi aprovada em reunião de Câmara de, aproximadamente, meio milhão de euros, para requalificar toda a rede de abastecimento de águas, que é fundamental, porque a água é um bem essencial. A seguir, já têm um problema que resolver no Vale da Amoreira e, a seguir, já têm em mente a Vinha das Pedras, ou seja, é toda uma panóplia de situações que têm para resolver.

E, ao contrário daquilo que foi aqui dito em reunião de Câmara, para quem quisesse ouvir, por quem cá esteve antes a gerir os destinos do município, que nem o melhor executivo do mundo consegue resolver estes problemas, e não quer ser o melhor executivo do mundo, não é isso que pensam, o que querem é resolver estes problemas, independentemente de depois acharem que são ou não o melhor

executivo do mundo, porque o que lhe pareceu, até por aquilo que foi dito, é que havia um reconhecimento destas situações, porque foi dito em reunião que era previsível que agora, estas situações de ruturas, face à idade da rede, acontecessem, coisa que o próprio sempre disse quando estava na oposição, que sempre foi negado e que agora foi reconhecido, e depois também dizem, com uma grande normalidade, que era impossível resolver. Este executivo está do lado daqueles que querem resolver, se fosse do lado daqueles que achavam que era impossível resolver, ou que era impossível fazer, não se tinham candidatado, por isso, é preciso coragem para mudar e, para mudar, é preciso tomar medidas e tomar ações.

Todos gostariam que os projetos tivessem sido mais rápidos, que os projetos pudessem ter sido mais céleres, mas muitos destes projetos foram feitos por trabalhadores da Câmara, ou seja, os projetos que aqui aparecem não são com recurso a entidades externas, tirando o da rua de São Sebastião, todos os outros projetos são feitos por trabalhadores da Câmara, e acha que isto é de saudar e de salientar, ou seja, é com a “prata da casa”, com os trabalhadores, que estes projetos aqui aparecem, que estes orçamentos aqui parecem, que esta quantificação aqui aparece. E é possível, com as pessoas mobilizadas, motivadas, é possível fazer, e é porque querem fazer mais e melhor que trazem aqui esta proposta.

Só uma última nota, porque importa esclarecer, para que não fique dúvida em relação a algumas descargas de águas residuais que acontecem, que é uma obrigatoriedade legal da Simarsul comunicar à entidade gestora, neste caso a APA, as avarias e as descargas. Se não o faz, não está a cumprir. Não é preciso, e agradece que tome em boa nota, a sugestão que aqui foi dada, de estar um fiscal da Câmara à porta da válvula, na Baixa da Banheira, à espera da descarga, mas como todos calculam, isso é impossível. É impraticável estar lá uma pessoa de plantão, até porque não bastaria uma, tinha que ser uma por turno, tanto ali como em outras estações elevatórias, e por isso contam com a boa vontade da população para identificar estas irregularidades nos sítios onde nem sempre conseguem chegar, sendo certo que esta entidade, em particular, tem obrigação de declarar sempre que faz descargas. Tem a obrigação de o fazer.

Termina por aqui e fica disponível para qualquer esclarecimento sobre esta matéria.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

A CDU, na bancada e também na vereação, alertaram em devido tempo que o pedido de empréstimo deveria ser acompanhado da lista das obras. Não foi com má intenção, foi sempre no sentido de ajudar, no reconhecimento que as obras são necessárias e, teimosamente, não os quiseram ouvir, e vieram com comunicados a dizer que a CDU votou contra o empréstimo porque não quer o desenvolvimento do concelho da Moita, mas a verdade é que tinham razão. Não está aqui feliz por ter razão, antes pelo contrário, está a lamentar. Mais uma vez, perdeu-se algum tempo e, pegando nas palavras do senhor Presidente, querem dar andamento mais rápido a este assunto, e isto foi dito na última reunião, e foi reafirmado e, de facto, perdeu-se um tempo desnecessário, perderam-se alguns meses.

Sempre disseram que esta listagem era uma exigência legal para o empréstimo no Tribunal de Contas, e foi por essa razão que votaram contra o empréstimo, e a verdade acaba por ser reposta. O tempo acaba por repor essa verdade, e a calúnia e a mentira acabam por ser desmontadas com o tempo. E, de facto, o senhor Presidente refere que, desta vez, a culpa não é da CDU do porquê de a listagem aparecer, mas porque, imagine-se, saiu uma portaria do Governo que obriga que esta listagem tenha que aparecer, que foi o que foi dito. Na verdade, independentemente da culpa do A, do B ou do C, é que houve aqui uma falta de discernimento, uma falta de humildade, uma falta de vontade em querer ser ajudado, porque quiseram ajudar e não quiseram a sua ajuda, e a população do concelho da Moita fica prejudicada nestes meses, relativamente a este atraso.

Quanto à escolha da lista de intervenções propriamente ditas, e não sendo escolha da CDU, porque não é a CDU que está na gestão da autarquia, portanto, a responsabilidade da sua escolha é do executivo municipal, mas dão o crédito destas intervenções serem necessárias, mas permitam-lhe algum esclarecimento adicional, porque um empréstimo de 2930000 euros, quando aquilo que se pintava no início do mandato, passe a expressão, é que as infraestruturas eram um caos, apenas 1035000, ou seja, cerca de 35% do valor do empréstimo, são para obras de reparação ou de

renovação, e aqui já entra 500000 euros porque, entretanto, surgiu o abatimento no cais da Moita, e aquela intervenção que, só por si, é 500000 euros, como está aqui bem ilustrada, portanto, fica aqui também desmontado um argumento, e que acabou de ser aqui referido, de que as infraestruturas eram um caos, então se é um caos, nomeadamente, no saneamento, se é um caos, grande parte do pedido de empréstimo é para obra nova, não é para obra de reparação.

E, até veem aqui algumas obras de reparação na listagem, de 15000 euros, 30000 euros que, normalmente, sempre foram intervenções feitas e acomodadas dentro daquilo que é o orçamento municipal, e é escolha deste executivo incluir aqui no empréstimo e, quanto a isso, não têm nada a objetar, querem é que se faça, querem é que se resolva. Mas, também foi aqui dita uma outra coisa, e se olharem para o empréstimo, para a listagem de novas intervenções, sobre o caos da rede de saneamento da freguesia de Alhos Vedros, mas não constam aqui obras de reparação na freguesia de Alhos Vedros, curiosamente. Foi feito um investimento, e bem, que, com a competência dos serviços, está a funcionar muito bem, tem pessoas competentes para esse efeito e com o equipamento que foi comprado, detetar ligações indevidas e fazer, no dia a dia, essa correção, que é um trabalho que já era feito e agora, com este equipamento, que é uma ferramenta adicional, uma ferramenta melhor para os dias de hoje, como foi aqui referido pelo senhor Presidente.

Mas, de facto, a conclusão a que chegam é que a culpa é da Simarsul. O caos, a rede que era tão má, e tudo isso, agora que estão a localizar pontualmente, afinal, a infraestrutura municipal não é aquela que está assim tão mal. Está mal, exatamente, mas segundo o que foi aqui dito, pelas descargas da rede em alta da Simarsul, mas essa, como também já aqui foi sugerido, e há meios também eletrónicos e analisadores, e até, se calhar, usar uma câmara de filmagem para ver onde é que essas descargas acontecem e detetar em tempo real quando elas acontecem, e não é preciso lá estar um funcionário de plantão para ver quanto é que isso acontece para atuarem.

Termina por aqui, acho que esta questão desta célebre listagem era um documento essencial, era um documento necessário, mas esta listagem aparece e vem esclarecer muita coisa, muita demagogia, muita coisa que foi dita e que, se calhar, acredita que não deveria ter sido dita.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Sobre esta proposta, que já tinha sido discutida e já tinha sido aprovado o empréstimo, por esta licitude que o senhor Presidente referiu, teve que vir novamente à Assembleia. Não foi a lei que obrigou a que viessem listadas as obras, foi porque o executivo entendeu que assim devia ser, e fez muito bem. Fez muito bem. Concorda com a CDU, quando diz que as obras deviam vir identificadas, é verdade, aqui estão, e ainda bem que o executivo assim entendeu, entendeu muito bem, e as obras estão perfeitamente identificadas.

No entanto, queria referir aqui também que, no seu entender, na sua opinião, talvez seja tempo de alterar estes discursos, que uns dizem que são demagogos, outros dizem que não são demagogos, depende dos lados, depende das bandas. O que diz, é que esta questão da demagogia é uma tendência natural em todos os discursos, e a CDU, não sabe se se apercebe, utiliza também muito dessa demagogia, utiliza muito esse subterfúgio de introduzir, nas diversas situações, aquilo que não parece ser demagogia, mas é. Lembra-se, por exemplo, que a CDU diz aqui “à boca cheia” que as redes de esgotos no concelho faz uma cobertura de 100%.

Nada mais demagogo, há muito trabalho para fazer na rede de esgotos, e entende também que está na altura de deixarem esse discurso do caos, o caos, e é tudo um caos, que é uma tendência que todos têm, de se acusarem uns aos outros, de quererem provar que fazem melhor que os outros, e então, por vezes, cai-se nesse exagero de uma certa linguagem radical, e está no tempo de afastarem essa linguagem, e concorda em absoluto, mas têm que afastar todos, não pode ser só pedido a uns para deixarem esse tipo de linguagem e os outros continuarem a fazê-lo.

Existem graves problemas na rede de esgotos do concelho, este executivo entendeu, e muito bem, que deve resolvê-los, na medida do possível. Com certeza, vai ser muito mais ambicioso e, como disse o senhor Presidente, há muito trabalho para fazer. E vai referir, mais uma vez, porque a CDU bateu muito nesse ponto, que a rede de esgotos no concelho faz uma cobertura de 100%, que não faz, e todos sabem que não faz. Ainda há dia esteve na zona da Brejoeira e as pessoas queixavam-se porque lá não há esgotos, e a Brejoeira também é do Concelho da Moita, mas existem outras zonas que não têm esgotos, portanto, está na altura de abandonarem essa situação de que, não sendo um caos, afinal, há muita demagogia no discurso quando se diz que está mal.

Está mal, têm que reconhecer que está mal, e espera que a CDU, hoje, aprove este empréstimo, como não pode deixar de ser. Está aqui a lista do que é preciso fazer de imediato, o mais urgente, com certeza que há muito mais para fazer, e ninguém deve esconder isso, para fazer parecer que, afinal, estava

tudo bem e que agora é que se exagera no discurso. Não, têm que tentar fazer um discurso realista, verdadeiro e perceber que têm muitos problemas para resolver.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou à Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Só acha que é importante clarificar aqui uma ideia, para que fique claro perante todos, porque foi aqui dito que apenas 35% do empréstimo de 2930000 é que era para requalificar infraestruturas já existentes e que tudo o resto era para investidura nova, e não sabe o que é que a CDU acha, mas 35% para requalificar o existente, para si, já é muito, lembrando que pediram 2930000, mas a Câmara já vai avançar, com dinheiros próprios, com 480000, aproximadamente, para a rede de abastecimentos da Fonte da Prata, já avançou com 120000 para a rede de abastecimento de Sarilhos Pequenos, e não esquecer do investimento na rede de águas residuais na rua Bento Gonçalves, que era uma perpendicular à estrada nacional e que este executivo, mais uma vez, e bem, antes de alcatroar toda aquela zona a seguir ao túnel, porque sabiam o problema de constrangimento, de afunilamento dos diâmetros que vinha da rua 1º de Maio, na Baixa da Banheira, e depois seguia em direção ao parque, achou por bem, já que a estrada nacional estava a ser intervencionada, resolver, de uma vez por todas, aqueles problemas, porque quando havia problemas com as águas residuais na estrada nacional, era na casa das pessoas, no minimercado, no Ninho da Águia, que saíam as águas residuais.

Era ali, naqueles rés-do-chão, naquelas moradias, naquela população, que aquilo saía e tornava imunda a casa das pessoas, e não estiveram à espera do empréstimo para fazer essa intervenção, como também não estiveram à espera deste empréstimo para, neste ano e nove meses, fazerem as intervenções que consideraram ser necessárias e urgentes em Alhos Vedros e noutras localidades do concelho, nomeadamente no Gaio, tal como estão, atualmente, a intervir no Gaio novamente.

Fizeram aquela intervenção no início do mandato, em que as águas residuais saíam numa sarjeta à porta da casa de uma pessoa, sarjeta essa que era para águas pluviais, e estavam lá águas residuais, a pessoa até tinha uma tábua porque não conseguia conviver com o cheiro, era uma condição insalubre a daquela pessoa, e aquilo foi arranjado na primeira semana em que tomaram posse. Ficou tão surpreendido com a destreza e a capacidade de resposta da chefe de divisão, a quem daqui dá os seus parabéns, na rápida resolução daquela situação, que demorou mais de um mês a assumir publicamente que aquela situação se encontrava resolvida. Porque achou estranho, que uma situação que se resolveu tão rapidamente, e de forma, aparentemente, tão simples, ter andado tantos anos, pelo menos três anos, tanto quanto se lembra, para resolver. Por isso, se é 35% e não é mais, é porque muita coisa já foi feita e, certamente, muita coisa irá continuar a ser feita, só que não é recorrendo a empréstimo.

Depois, reiterar ao senhor Deputado Municipal, que perante a lei n.º 29/2023, de 4 de julho, que altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, surgiu a necessidade de alterar a proposta previamente submetida aos órgãos executivo e deliberativo, ou seja, esta não só altera e modifica o prazo de utilização máximo do capital de 24 para 36 meses, alarga o prazo, como altera também simultaneamente, o referido diploma, porque vem criar um regime excecional, aumentando de 20% para 40% a margem de endividamento previsto, também altera o período de amortização, a cobrança de juros e outras medidas. Por isso, pode ir ler as alterações que foram feitas e, por serem por indicação do serviço financeiro da Câmara, acharam por bem trazer aqui novamente esta proposta.

Mas, também estão recordados daquilo que ficou falado entre todos, e assumido entre todos, que este executivo, ainda que com a proposta aprovada, daria conhecimento das intervenções, porque estava na posse das intervenções. Ora, se por fruto desta alteração legislativa, que lhes traz mais benefícios, optaram por trazer, novamente, esta proposta para o financiamento, e sendo lógico que estão todos de acordo relativamente à transparência, trouxeram aqui os sítios que vão ser intervencionados com o dinheiro deste empréstimo. Não seria sério da sua parte se atuassem de outra forma e foi isso que norteou a sua ação, ao contrário daquilo que foi aqui dito.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Antes de mais, um esclarecimento, porque a cobertura de redes de saneamento no concelho da Moita é de 100%, e sempre foi dito, nas zonas urbanas. Se falarem em zonas periurbanas, zonas rurais, obviamente, a rede de saneamento não tem a cobertura de 100%, embora, naturalmente as pessoas

que aí vivem, embora tenham escolhido viver no campo, também tenham direito a ter as infraestruturas como as pessoas da cidade, mas nas zonas urbanas, aquelas zonas de atuação e competência preferencial do município, aí a cobertura é de 100%.

Relativamente à questão da listagem, não têm nenhuma pré munição, nem têm nenhum acordo, nem têm nenhum contato secreto com o senhor António Costa, não o senhor António Costa da Assembleia Municipal, mas o senhor António Costa Primeiro-ministro, agora que avisaram que essa listagem era necessária, porque sempre foi necessária, avisaram, que disseram isso repetidas vezes, disseram, que foi desprezado aquilo que sugeriram e disseram, até por uma questão de hombridade, de dar conhecimento e prestar contas da Assembleia, essa listagem deveria ser ter sido apresentada e deveria ter vindo ter vindo a esta Assembleia. Portanto, para si é uma não discussão, e a verdade é que a listagem deveria ter acompanhado, desde o início, todo este processo, coisa que o executivo não fez.

Já agora, que estão a falar aqui numa listagem, e volta a dizer aquilo o que disse há pouco, que a escolha deste conjunto de intervenções, quer de reparações, quer de obra nova, é uma escolha do executivo, naturalmente, mas também queria fazer uma pergunta sobre a incoerência numa obra específica, porque refere-se uma intervenção na rua da Paz, na Moita, de 30000 euros, e pelo desenho, apesar da cópia a preto e branco ser difícil de ver, nos documentos consegue-se ver um bocadinho melhor, e medindo dá uma extensão de 50, 60 metros, mas o que é dito no levantamento, e a rua da Paz tem cerca de 500, 600 metros de uma ponta a outra, é que se vai fazer uma intervenção 30000 euros, pontualmente na rua da Paz quando, imagine-se, o que os técnicos dizem aqui é que a rede existente apresenta um elevado estado de degradação.

Ou seja, falando em termos de coerência, por um lado, vão fazer aquilo que nunca foi feito, vão fazer as coisas numa medida e numa maneira que nunca foi feito, vão resolver em definitivo, por outro lado, estão alertados que aquela rua, porque acredita nos técnicos, está neste estado e este executivo propõe uma intervenção 30000 euros em 40, 50 metros, daí que questione onde é que está a coerência, porque têm que olhar para todos os itens, e por isso é que a listagem das obras é importante.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Queria só fazer aqui uma correção, porque o senhor Deputado João Faim referiu que era em zonas urbanas ou não urbanas, mas há um comunicado da Câmara, do dia 27/01/2021, que, num parágrafo que é bastante esclarecedor em relação a esta questão das ligações, diz o seguinte: “A ligação às habitações é da responsabilidade dos proprietários, e obrigatória a partir do momento em que existe rede de esgotos, cabendo à autarquia a construção dos coletores. Assim, pela forte aposta do município, os dados de 2019 da entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, já apontam para uma ligação de 98% das habitações do concelho”, portanto, é zonas urbanas e não urbanas do concelho. Lamenta, mas é essa a interpretação que faz deste comunicado, portanto, na sua opinião, o que está aqui é muito claro.

Na sua opinião, acha que existem zonas, não só urbanas, que têm deficiências que vão agora ser corrigidas, como há algumas lacunas em zonas não urbanas, como a Barra Cheia, Brejos Faria, Rego D' Água, portanto, há muitas carências e, no seu entender, e isto é uma opinião, acha que a CDU, se quisesse ajudar, e que agora está a colaborar com esta questão toda e que pretendia, de facto, o relatório com as intervenções a serem feitas, e muito bem, também defendeu isso na altura, e também solicitou, mas algumas das intervenções que vão ser feitas já podiam ter sido feitas há 10 anos. Foi uma questão de opção e de prioridades. Há 8 anos, há 7 anos, há 5 anos, e estão a ser feitas agora em 2023, mas por uma questão de prioridades, algumas já podiam ter sido feitas e, se calhar, já não se estava a pedir 2900000 e se pedisse 2000000 ou 1500000.

Portanto, isto é tudo uma questão de prioridades e os políticos, na sua opinião, e vai ser sempre assim, têm que prestar contas e são julgados por inação e por ação, e acha que a Câmara está a ter uma ação preponderante e decisiva, porque existe uma grande indignação por parte das pessoas, porque são ruturas constantes, detetam-se falhas, por exemplo, nas redes de abastecimento de água na Fonte da Prata, que é uma zona que conhece muito bem, na Vinha das Pedras, e o senhor Presidente de certeza que sabe que, nas últimas duas semanas, quase todos os dias, houve falta água, e estão a falar em habitações que têm, se calhar, 14, 15 anos. Não é responsabilidade da Câmara, porque de certeza foi o construtor, no entanto, o problema existe, é um problema real das pessoas, e o problema do abastecimento de água é um problema fundamental, e era isto que queria dizer.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Não queria mesmo interromper o senhor Presidente da Junta, e vem aqui, exatamente, para reafirmar aquilo que foi dito. Esse comunicado, que até gostava de o ter aqui para ler, para o reproduzir, como o

senhor Presidente da Junta fez, está absolutamente correto porque fala em todo o concelho. e o concelho é composto de zonas urbanas, zonas rurais, zonas periurbanas, e daí a totalidade dos 90 e tal por cento que é referida no comunicado e que está correta, portanto, em nome da verdade, vem aqui dizer que não há mentira nenhuma e dizer que as zonas urbanas do concelho têm cobertura de rede de esgotos a 100%.

Outra questão, e não está a debater esse assunto, a seu tempo, o debaterão quando for esse o tema, estão a falar de um empréstimo para intervenção na rede de esgotos, mas já aqui foi várias vezes falado da rede de águas e, neste momento, estão a falar da rede esgotos, portanto, não misturem as coisas. Já aqui foi referido pela Câmara, foi referido também pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, mas estão a falar de um empréstimo para intervenção na rede de esgotos, e é nesse sentido que o argumento e a fundamentação da CDU aqui são ditos.

Quanto às escolhas que são feitas, volta a repetir mais uma vez, e há bocado falou naquela questão da rua da Paz, que também entendem que não pode ser feito tudo ao mesmo tempo, daí o senhor Presidente estar a referir, e bem, que há coisas que podiam ter sido feitas há 7, há 8 ou 10 anos. Quem gere uma rede, quem gere o dia a dia, o dinheiro de sua casa, também não consegue remodelar a casa toda ao mesmo tempo. Hoje vai fazer uma coisa, amanhã vai fazer outra, depois vai fazer outra, e é claro que há um dia em que, porque devia ter pintado ou impermeabilizado as paredes de um quarto, entretanto, chegou à conclusão que o estuque caiu porque não interveio a tempo, mas isso é opção e é o risco das opções que são feitas quando não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. Daí perceber também porque é que a intervenção na rua da Paz, apesar do que é dito ser uma contradição, e fala aqui, exatamente, pela contradição das palavras, entre o que é dito e o que é apresentado, compreender porque é que a intervenção não é feita ao longo de toda a rua.

Agora, a Câmara, dentro da sua opção, está sujeita a, um troço mais à frente, depois de intervir naqueles 30, 40 metros, voltar a acontecer o mesmo, mas isso é um risco, é o risco da opção, é o risco de quem toma opções e, falando sem demagogia, no bom sentido, para todos, é preciso que entendam e façam entender, aliás, acha que todos entendem, todos são pessoas inteligentes, não há aqui gente que não perceba, às vezes, não querem é perceber as coisas como elas são.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

O Deputado João Faim, realmente, utilizou um discurso que parece que não tem qualquer hipótese de ser rebatido ou contradito, e nem queria insistir muito, nem estava com essa disposição, mas é preciso dizer algumas coisas.

Na rua da Paz, aquilo que disse que não é, exatamente, o que está aqui, e não se vai alargar, nem vai fazer nenhuma consideração, nem nenhuma comparação, nem lhe vai pedir sequer para reler, mas era bom que verificasse se aquilo que disse é o que está aqui, porque não é bem o que está aqui e a interpretação daquilo que aqui está foi feita de forma diferente, com os “600 metros e não sei o quê, e não é nada disso, é um bocadinho menos, com certeza, existem opções, provavelmente, vai ter que ser feito nova intervenção”, agora há uma coisa que não se pode confundir, essas opções encerram muito de demagogia. Essas opções, têm muito, e também não vale a pena alargarem-se muito, e não vai falar outra vez do alcatrão antes das eleições, não vai falar de nada disso.

Portanto, essas opções, têm as nuances que todos conhecem, e como Deputado João Faim diz, e com toda a razão, aqui todos são pessoas inteligentes, toda a gente tem o mínimo de discernimento e percebe o que se está a dizer, o que não se pode é tentar dar a volta àquilo que não há volta a dar. Não há volta a dar. As opções, não são com aquela intenção que o Deputado João Faim, por vezes, tenta colocar nas suas intervenções. Essa questão de não se poder fazer tudo, e que têm que compreender que é difícil fazer tudo, não é assim. São todos inteligentes, percebem o que são opções políticas e, quando elas se misturam nas obras, naquilo que é ineficaz e, às vezes, até poderem utilizar o criminoso gasto dos dinheiros públicos, enfim, quando isso bate por aí, é aí que a “porca torce o rabo”, como se diz, perdoem-lhe a expressão.

Não é bem assim, as intenções não são todas essas que quer fazer crer como boas intenções, que não se faz tudo porque não há dinheiro, porque não se pode fazer tudo de uma vez, que é como nas suas casas, onde a obra não pode ser feita toda ao mesmo tempo, mas nas suas casa não se vota. O problema é que, na política, há votos, e os votos, por vezes, provocam que o dinheiro, muitas vezes, se gaste de forma criminosa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, um do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Tânia Ribeiro

“A proposta de empréstimo para o financiamento das obras de remodelação e construção das redes de águas residuais veio, novamente, à votação na Assembleia Municipal, devido à falta de competência e arrogância do executivo do PS da Câmara Municipal da Moita.

Em devido tempo, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, dissemos que o processo estava mal instruído e que, como tal, não poderia andar para a frente e obter o visto do Tribunal de Contas, pois a proposta de empréstimo teria de vir acompanhada da devida listagem das obras a financiar. O PS não quis ouvir. Mais uma vez, foi gastar tempo precioso a fazer acusações infundadas ao trabalho da CDU.

O tempo deu-nos razão, e agora estamos, novamente, a discutir, ou discutimos o mesmo empréstimo, só que desta vez, acompanhado com a referida lista de obras, lista de obras essa que, apesar de não ser a nossa escolha, mereceu o nosso voto favorável, pois além de conter não só uma parte do investimento para reparações que, normalmente, seria acomodado pelo orçamento municipal, contém também a realização de obras novas, sejam a construção da rede de esgotos no bairro 1º de Maio, no Penteado, na Brejoeira, e no Alto do Pontão, por exemplo, sempre seguido de fases posteriores do plano de expressão de redes de águas residuais delimitado pela CDU.”

Declaração de Voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Compreende que um executivo que vem substituir uma estrutura governativa que ultrapassou cinco décadas, tivesse perspetivado, não nos adversários políticos, mas nos inimigos políticos, que isto corresse mal. Felizmente, este executivo, tem conseguido ultrapassar os obstáculos com que se separou no tempo, tudo aconteceu a este executivo, desde o número de baixas que, como esta, nunca tinha acontecido nesta Casa, em sectores de intervenção visíveis, como são o caso do corte de ervas, da manutenção de espaços verdes, e este executivo soube ultrapassar. Mas, como ultrapassou, foi acusado de, em vez de contratar pessoas, preferir optar pelo privado, como se os trabalhadores do privado não fossem igualmente trabalhadores.

Também aqui, está ultrapassar este problema, um problema grave, e quem anda no dia a dia vê as ruturas a toda hora, de águas, esgotos, mete nojo, e a culpa não é de quem chegou, não foi agora que aconteceu, isto é antigo, portanto, aquilo que eu quero aqui deixar claro é que, no dia em que a atual administração da Câmara, o seu Presidente e os que o acompanham, agradarem aos inimigos políticos, eu ficarei preocupado, enquanto ele os irritar, isso é sinal que está no bom caminho, e é isso que eu espero que continue.”

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Infelizmente, a minha declaração política feita na última sessão, só me veio dar razão quanto à situação desta situação emergente, isto no que concerne às consecutivas ruturas, e ou interrupções constantes na água que se fazem sentir em todo o nosso município. Pelos vistos, estamos mesmo encalhados, tal como o afamado TOLAN, que esteve durante 4 anos no estuário do rio Tejo

Não me vou abster, pois julgo que esta é uma decisão que nos envolve a todos e é para benefício de todos nós, e seja de que quadrante político seja, é notório o quão urgente é uma intervenção que leve à melhoria da rede de águas residuais no nosso concelho, especialmente, no que concerne à sua qualidade, sendo que muita dela é composta de tubos de fibrocimento, que são bastante frágeis, e o facto de muita desta rede ter mais de 40 anos torna-os ainda mais frágeis, sendo ainda de salientar que as mesmas tubagens são compostas por cerca de 15% de amianto que é, por si só, prejudicial à vida humana.

Por esta e outras razões enumeradas, voto favoravelmente esta medida, pela urgência com que os municípios necessitam dela.

É ainda de lamentar, inclusive, a avenida 1º de Maio, na União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, que seja uma das artérias alvo da mencionada intervenção, isto de acordo com a

proposta que nos é apresentada, quando a mesma foi alvo de uma obra de grande envergadura há cerca de 3 anos, o que demonstra, mais uma vez, que o dinheiro dos contribuintes não foi tratado com uma correta discricionariedade, pois, se assim fosse, esta mencionada obra não teria necessidade de uma nova intervenção e, assim sendo, é mais uma conta acrescida a ser paga pelos contribuintes, que não deveria ser necessária, caso esta discricionariedade tivesse sido praticada.

Aproveito ainda este facto, e esta oportunidade, para referir algo que envolve esta mesma obra, ou seja, o estaleiro que se encontra na rua Soeiro Pereira Gomes, que também já tinha referido anteriormente, porque nesse mesmo estaleiro existe um contentor, e nesse mesmo contentor, neste momento, está a pernoitar um indivíduo que faz fogueiras no interior. Portanto, eu apelo à Câmara para que seja removido, como já apelei anteriormente, para a remoção do mesmo estaleiro, porque poderá haver, inclusive, um incêndio nas imediações,”

2.2 - Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais até ao montante de €2.930.000,00

A proposta infra foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do PS, um do Vereador Independente, e quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 12/07/2023:

“Considerando que,

- a) A Câmara Municipal deliberou em 08.03.2023, autorizar e aprovar, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a abertura de procedimento de um empréstimo para investimento até ao valor máximo 2.930.000 euros (dois milhões novecentos e trinta mil euros), para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais, pelo prazo de 20 anos, nos termos da proposta de deliberação n.º 62 (Anexo I);
- b) Que o Município reúne os requisitos legais necessários para a contratação de empréstimo de M/L prazo, nos termos dos artigos 49.º, 51.º e 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), uma vez que, o Município possui margem disponível de endividamento, conforme mapa demonstrativo da capacidade de endividamento (04/07/2023), anexo à presente proposta (Anexo II);
- c) Foi efetuada, no âmbito do procedimento administrativo autorizado pelo órgão executivo, consulta a cinco entidades bancárias (Caixa Geral de Depósitos, Banco Português de Investimento, SA, Banco SantanderTotta, SA, Crédito Agrícola, Caixa Económica Montepio Geral) (Anexo III), tendo quatro instituições de crédito subscrito propostas de financiamento: Banco Português de Investimento, SA, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, Caixa Geral de Depósitos e Banco SantanderTotta, SA (Anexo IV);
- d) A comissão de análise de propostas, admitiu todas as propostas rececionadas;
- e) Foi proposto pela comissão de análise de propostas, a adjudicação à Caixa Geral de Depósitos, S.A, pelo facto desta entidade ter apresentado a taxa de juro, incluindo spread, mais baixo, sendo esse o único critério de adjudicação, conforme condições incluídas na ficha técnica aprovada em 8 de maio de 2023 (Anexo V);
- f) No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido, mantendo-se assim a decisão da comissão de análise de propostas de adjudicação à Caixa Geral de Depósitos, S.A, até ao montante total de 2.930.000 euros (dois milhões novecentos e trinta mil euros), com um Spread de 0,54% que acresce à taxa Euribor a seis meses, pelo prazo de vinte anos com prestações semestrais, três anos de prazo de utilização e carência na amortização de capital durante o prazo de utilização (Anexo VI);
- g) Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização para assunção de compromissos plurianuais é da Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que:

- A Câmara Municipal da Moita delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da

contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A., referente a empréstimo para investimento até ao valor de máximo de 2.930.000 euros (dois milhões novecentos e trinta mil euros), alusivo ao financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais, nas seguintes condições:

Montante Global - Até 2.930.000 euros

Finalidade - Financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais

Prazo – 240 meses a contar data de perfeição do contrato, com 36 meses de prazo de utilização.

Período de utilização/diferimento - Os primeiros 36 meses do prazo de amortização, período, durante o qual os fundos serão postos à disposição do Município, vencendo-se apenas juros.

Taxa de juro - Euribor a seis meses adicionada de Spread de 0,54%

- Delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com alínea c) do n.º1 do artigo 6.º Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização para assunção de compromissos plurianuais, constantes da minuta de contrato, (Anexo VII), referentes ao empréstimo para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais;
- Delibere aprovar a minuta do contrato e plano financeiro indicativo, em anexo, que faz parte integrante da presente proposta (Anexo VII).

Anexos:

Anexo I – proposta de deliberação n. 2 62 (deliberação da camara de consulta aos bancos, capacidade de endividamento e ficha técnica que inclui as condições do empréstimo) Anexo II - demonstração dos limites de endividamento (modelo do TC)

Anexo III – consulta às Instituições de Crédito

Anexo IV – propostas recebidas

Anexo V – ata de análise de propostas da comissão de análise

Anexo VI – relatório final

Anexo VII – minuta de contrato e plano financeiro indicativo

Anexo VIII – cabimento para juros

Anexo IX – compromisso para juros

Anexo X – compromissos plurianuais para juros

Anexo XI – cabimento para capital

Anexo XII – compromisso para capital

Anexo XIII – compromissos plurianuais para capital

Anexo XIV – memória descritiva”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Muitos destes temas, e o que está subjacente a este empréstimo, já foi explicado no ponto anterior, motivo pelo qual só queria clarificar uma coisa, porque é importante trazer aqui.

Se o senhor Deputado João Faim teve oportunidade de reparar, a rua da Paz teve uma rutura, rutura essa que foi rapidamente intervencionada pelos serviços da Câmara, e não estiveram à espera de qualquer empréstimo. Depois, os serviços, inspecionaram todo esse troço e verificaram que apenas o troço que está identificado é que carece de intervenção, o restante ainda apresenta boas condições de funcionamento, e é por isso, e só, que aparece aqui este troço. Mas, lembrar que, ainda no cruzamento mais à frente, numa perpendicular, a Câmara também não esteve à espera de qualquer empréstimo para fazer uma intervenção similar, e que abrangeu uma enorme secção da rede, por isso, com ou sem empréstimo, não deixarão de fazer aquilo que lhes compete, aquilo a que estão obrigados e aquilo que precisam as pessoas que votaram neste executivo.

Esta é apenas uma forma mais rápida de acelerar a sua capacidade de resposta, de dar às pessoas aquilo que elas tanto anseiam, ou terem a sua rede arranjada e requalificada, ou, em sítios onde a mesma nunca existiu, que passe a haver, e esse é o motivo e o valor deste empréstimo.

Espera que agora, havendo aqui intervenções, que falem, efetivamente, do porquê desta proposta vir aqui novamente, que a mesma aparece e vem sob proposta dos técnicos dos serviços da Câmara. É por isso que ela aqui reaparece novamente e que, exclusivamente, aqui a trazem, pelas condições do empréstimo serem mais favoráveis e, se dúvidas houverem quanto às novas condições do empréstimo serem mais favoráveis, é estudar o novo diploma legal. É esse o desafio que deixa. Não acreditando nas palavras do executivo, aquilo que pode dar como sugestão, é estudar o novo diploma legal, uma vez que as vantagens já aqui foram ditas.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezoito votos a favor, sendo quinze do PS, um do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; dez abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

2.3 - Relatório de Execução – Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação – “Moita- Percursos de Igualdade” 2022-2025

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal realizada em 26/06/2023:

“A alínea q) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estabelece que compete às câmaras municipais assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente, através da adoção de planos municipais para a igualdade.

O Município da Moita apresentou uma candidatura ao Fundo Social Europeu, no âmbito do PORLisboa 2020, referente a "Apoio técnico de planos para igualdade", aprovada a 5 de abril de 2021. No âmbito da candidatura foi elaborado o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação "Moita Percursos de Igualdade 2022-2025", nas suas vertentes interna e externa, tendo sido aprovado em Reunião de Câmara a 21 de abril de 2022 e em sede de Assembleia Municipal a 27 de abril de 2022.

No seguimento desta aprovação, foi iniciado o período de implementação (12 meses), a 1 de maio de 2022 que, para efeitos da candidatura terminou a 30 de abril de 2023. Concluído o período de implementação, foi elaborado o Relatório de Execução no qual constam as medidas implementadas, considerando as metas e indicadores estabelecidos em candidatura e justificando os desvios observados e o funcionamento do modelo de governação previsto.

O relatório de execução, foi apresentado em sede da Equipa para a Igualdade na Vida Local, a 29 de junho de 2023, tendo sido aprovado por unanimidade.

Propõe-se, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal da Moita delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, o Relatório de Execução do PMIND.

Em anexo:

Relatório de execução PMIND”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Vai ser muito breve, porque o relatório é do conhecimento público, e até já foi alvo de notícia pelos excelentes resultados que obtiveram neste mesmo relatório, nas mais diversas áreas, apoio à família, educação, entre outras, onde excederam, largamente, aquilo que era o previsto, e essa tem sido a sua tônica, que é fazer mais e melhor, fazer tudo quanto lhes é possível, não estarem agarrados àquilo às métricas que foram, previamente, estabelecidas, e se lhes for possível fazer mais, não deixarão de fazer. Os técnicos da Câmara estão altamente motivados, as equipas estão altamente motivadas, e só graças a elas, ao empenho e ao esforço de cada um, é que foi possível obter estes resultados, e assim provaram que era possível fazer um conjunto de ações, e acha que, por isso, devem estar todos parabéns.

Para dar mais um toque breve sobre esta matéria, passava a palavra ao Vereador António Carlos Pereira, para falar deste relatório, que é muito importante e que muito significado tem para todos.

Vereador da Câmara Municipal António Carlos Pereira

Esta proposta, como o senhor Presidente acabou de dizer, já foi apresentada, portanto, este relatório de execução da implementação já foi apresentado em sede de reunião de Câmara, no passado dia 26, e que já tinha sido apresentado também na própria equipa de acompanhamento, a Equipa para a Igualdade na Vida Local, no dia 29 de junho, que tem aqui uma série de compromissos e é executado de acordo com os pressupostos da própria candidatura a este programa e este financiamento, no quadro do Fundo Social Europeu e do Programa 2020, no quadro deste plano de ação, e das propostas deste Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, este relatório está alinhado com aquilo que é a estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, com aquilo que são os planos de ação desta estratégia nacional, portanto, está condizente com aquilo que eram as propostas, os objetivos e atividades. Houve alguns desvios inicialmente, que foram corrigidos, fruto também daquilo que foi o empenhamento e a capacidade da equipa técnica, de compensar e garantir que, a 4 meses do fim do término deste projeto, estão em condições de o apresentar até dia 30 de outubro, que é a data final desta primeira candidatura.

Este é um Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação que termina esta primeira fase em 2023, nesta data de 30 de outubro, mas que já tem uma prorrogação, já tem um novo protocolo, que estabelece esta garantia, no âmbito do combate às desigualdades e às discriminações, que no município da Moita, até 2025, estão empenhados em desenvolver e em executar estas medidas.

Só dizer que, para além dos órgãos da Câmara e daquilo que é a Equipa para a Igualdade na Vida Local, também há uma avaliação externa que a própria candidatura prevê e, portanto, está sujeita a este nível de avaliação externa por parte do CESI - Centro de Estudos para a Intervenção Social, e também os resultados desta avaliação será publicado do município da Moita.

Perante estes pressupostos que estão estabelecidos, propõem, em sede deste órgão da Assembleia Municipal, apresentar e definir este relatório de execução para este período de execução, que foi de 01/05/2022 a 30/04/2023, e este é o período a que respeita e que se reporta este relatório de execução.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, um do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

2.4 - Eleição do representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia, e seu substituto, ao XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Apresentou a proposta infra.

“No âmbito da realização do XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorrerá no próximo dia 30 de setembro, no Seixal, propõe-se como representante e substituto dos Presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia, respetivamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Jesus Afonso Varandas, e a Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Filipa Fernandes da Costa.”

Em seguida, recordou que os municípios são representados pelo presidente da câmara, pelo presidente da assembleia, e por um presidente de junta e que, desde que este mandato se iniciou, propôs o critério, que se adotou já no último Congresso, de ser a freguesia mais populosa a primeira, que era a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e uma vez que votaram de acordo com isso na altura, esteve presente a senhora Presidente Bárbara dias.

Este ano, sendo a Moita a segunda freguesia mais populosa, seria a vez do senhor Presidente Fabrício Pereira, no entanto, e porque no dia 30 tem um compromisso familiar inadiável, ficará para o próximo, e então passaram à terceira junta de freguesia mais populosa, que é a de Alhos Vedros, e por isso propõem o senhor Presidente Artur Varandas como representante das juntas de freguesias no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e, como substituta, a senhora Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa.

Em seguida, submeteu a proposta a votação por meio de escrutínio secreto.

Submetida a **proposta** a votação por meio de escrutínio secreto, foi a mesma aprovada por **maioria**, com dezoito votos a favor e dez em branco.

2.5 - 3ª Revisão ao Orçamento Plurianual

A proposta infra foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do PS, um do Vereador Independente, e quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 11/08/2023:

“O processo de descentralização administrativa, desencadeado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi concretizado, no domínio da educação, pelo Decreto -Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pelo Decreto -Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, e recentemente objeto da quarta alteração pelo Decreto -Lei n.º 16/2023, de 27 de fevereiro.

As alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 16/2023, de 27 de fevereiro, decorrem da experiência colhida desde 2019, do trabalho efetuado pela Comissão Técnica de Desenvolvimento e pelas comissões de acompanhamento e monitorização da implementação do quadro de competências, dos contributos das entidades intermunicipais e dos municípios, em linha com o acordo setorial de compromisso entre o Governo e a ANMP, assinado em 22 de julho de 2022, onde foram identificadas as necessidades de melhoria do processo de descentralização.

O Despacho n.º 7538 -B/2023 reforça o FFD no âmbito do transporte de alunos com necessidades específicas individuais, da componente relativa à aquisição de equipamento utilizado para a realização das atividades educativas, dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Educação e da Ciência e os município, ao abrigo do Decreto -Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro e ainda da componente do pessoal não docente.

Nesse contexto, considerando as alterações constantes do Decreto-Lei n.º 16/2023, de 27 de fevereiro, o acordo setorial de compromisso entre o Governo e a ANMP, formalizado através do Despacho n.º 13914/2022, mostra -se necessário proceder ao reforço dos montantes a transferir no âmbito do FFD no domínio da educação para as refeições escolares.

Deste modo, a revisão aos documentos previsionais agora proposta resulta da necessidade de reajustamento das dotações orçamentais anuais das classificações económicas específicas para o registo das verbas a considerar no âmbito da transferência de competências para o Município da Moita, das matérias da educação.

Desta feita, propõe-se que seja aprovada a revisão ao Orçamento Plurianual conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Esta revisão decorre do processo de descentralização administrativa no quadro da transferência de competências para as autarquias, porque se mostra necessário reforçar o montante a transferir no âmbito do domínio da educação para as refeições escolares, e a necessidade de ajustamentos das classificações económicas para os registos de verbas de transferências do município, e é nesse sentido que há aqui um reforço da dotação do fundo de financiamento da descentralização, no âmbito da educação, no valor de 229104 euros, e é neste âmbito que aparece aqui esta terceira revisão.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Permitam-lhe que diga que a votação da bancada da CDU neste ponto vai ser o voto positivo. No entanto, veio aqui também para colocar uma questão, e permita-lhe o devido respeito, uma chamada de atenção também ao senhor Presidente da Assembleia

Ouviu aqui algumas pretensas declarações de voto, e algumas intervenções com adjetivos de criminosos, inimigos, e o senhor Presidente devia ter intervindo nessa situação. Não é de bom-tom, nesta Assembleia, o uso desse tipo de argumento, porque se forem falar de criminosos, teriam muito para falar.

Não tem inimigos nesta Casa, tem adversários políticos, tem alguns amigos na bancada do Partido Socialista, pessoas que respeita muito, pessoas que o respeita, outros que, obviamente não gostam de si, mas não tem aqui inimigos. Tem sim, nesta bancada do Partido Socialista, ou em qualquer bancada desta Casa, adversários políticos, e é nesse sentido que aqui está, enquanto dever cívico, e o senhor Presidente que o desculpe, mas esta devida chamada de atenção, devia ter sido feita pela Mesa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Na altura, deixou passar isso porque achou que não estava focado em ninguém, e que aquilo foi uma nebulização, por assim dizer, mas tem razão, são termos que não se devem usar.

Em seguida, e perante o pedido de defesa da honra manifestado, passou a palavra ao Deputado Municipal António Costa.

Defesa da Honra do Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

“Há uma tentativa clara de tirar do contexto aquilo que eu disse. Eu disse que, determinado tipo de situações, nomeadamente, a má utilização dos dinheiros públicos, poderiam ser consideradas criminosas, portanto, eu não quis atingir ninguém em especial, porque senão chamava, pura e simplesmente, criminoso ou diria que era uma atitude criminosa. Portanto, foi criado um contexto que tinha a ver, naturalmente, com a utilização dos dinheiros públicos, que foi um contexto geral.

E, já agora, vou aproveitar a minha intervenção, senhor Presidente, para falar aqui de uma outra situação, se me permite, e não quero usar a figura da declaração política, mas é preciso dizer isto com muita clareza. Eu fiz um apelo no início da minha intervenção para tentarmos todos usar o mínimo de demagogia, e não posso deixar de referir a declaração de voto da CDU a propósito da obrigatoriedade que a CDU criou, da proposta de empréstimo vir novamente a esta Assembleia, dizendo a CDU, a pretexto da alteração da lei.

É preciso que fique aqui bem definido o seguinte, que não foi por força da alteração da lei, no que diz respeito à definição das obras, que a proposta de empréstimo vem novamente à Assembleia, porque o senhor Presidente da Câmara foi muito claro quando disse que a nova lei criou novos critérios, sobretudo de carácter financeiro.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, e perante a manifestação por parte de alguns membros da Assembleia Municipal de que algumas pessoas do público os estavam a incomodar e a impedir de seguir atentamente os trabalhos, pediu que todos mantivessem a calma, o público que assiste sabe que não se pode manifestar, não pode fazer ruído, não pode interferir com os membros da Assembleia, e o contrário também não.

Em seguida, por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, um do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

2.6 - Contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento da construção da Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores – 2.ª Tranche

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, quatro votos contra da CDU, uma abstenção do Vereador Independente, e com o voto de qualidade do Presidente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 11/08/2023:

“Considerando que,

- a) A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deliberaram em 13.05.2020 e 26.06.2020, respetivamente, autorizar e aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o investimento na construção da Piscina Municipal e respetivos arranjos exteriores (Anexo I);
- b) Foi aprovada a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, pelo órgão executivo e deliberativo, em 09.06.2020 e 29.06.2020, respetivamente, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, até ao montante de € 2.782.984,00 a afetar ao investimento na Construção Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores, tendo o mesmo tido visto prévio do Tribunal de Contas no dia 01.10.2020.
- c) O 1.º concurso público, publicado em Diário da República a 26 de novembro de 2020 (Anúncio de procedimento n.º 13792/2020), para a construção da piscina municipal da moita e respetivos arranjos exteriores, ficou deserto, o que obrigou ao lançamento de novo concurso público, publicado em Diário da República a 17 de fevereiro de 2021 (Anúncio de procedimento n.º 1927/2021) com um preço base mais elevado do que o montante total contratado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre o Tejo e Sado.

- d) O prazo de conclusão da obra foi alargado, uma vez que se sentiu uma enorme dificuldade na obtenção de materiais e mão-de-obra, motivado pela pandemia SARS-COV e agravado pelo conflito entre a Rússia e Ucrânia.
- e) Houve necessidade de execução de diversos trabalhos complementares resultantes de erros e omissões.
- f) Os valores referentes às revisões de preço do investimento na Construção da Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores são elevados, resultando essencialmente da atual conjuntura económica.
- g) A Câmara Municipal deliberou em 21.06.2023, autorizar e aprovar, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a abertura de procedimento de um empréstimo para investimento até ao valor máximo 1.030.692 euros (um milhão trinta mil seiscientos e noventa e dois euros), para financiamento da Construção da Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores – 2ª Tranche, pelo prazo de 20 anos, nos termos da proposta de deliberação n.º 184 (Anexo II);
- h) Que o Município reúne os requisitos legais necessários para a contratação de empréstimo de M/L prazo, nos termos dos artigos 49.º, 51.º e 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), uma vez que, o Município possui margem disponível de endividamento, conforme mapa demonstrativo da capacidade de endividamento (15/07/2023), anexo à presente proposta (Anexo III);
- i) Foi efetuada, no âmbito do procedimento administrativo autorizado pelo órgão executivo, consulta a cinco entidades bancárias (Caixa Geral de Depósitos, Banco Português de Investimento, SA, Banco SantanderTotta, SA, Crédito Agrícola, Caixa Económica Montepio Geral) (Anexo IV), tendo quatro instituições de crédito subscrito propostas de financiamento: Banco SantanderTotta, SA, Caixa Geral de Depósitos, Banco Português de Investimento, SA, Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Entre Tejo e Sado (Anexo V);
- j) A comissão de análise de propostas, excluiu a proposta apresentada pelo Banco SantanderTotta, por apresentar incluída na taxa juro uma componente variável diferente da solicitada na Ficha Técnica – Condições do empréstimo;
- k) Foi proposto pela comissão de análise de propostas, a adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, pelo facto desta entidade ter apresentado a taxa de juro incluindo spread mais baixo, sendo esse o único critério de adjudicação, conforme condições incluídas na ficha técnica aprovada em 21 de junho de 2023 (Anexo VI);
- l) No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido, mantendo-se assim a decisão da comissão de análise de propostas de adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, até ao montante total de € 1.030.692,00 (um milhão trinta mil seiscientos e noventa e dois euros), com um Spread de 0,44% que acresce à taxa Euribor a seis meses, pelo prazo de vinte anos com prestações semestrais, três anos de prazo de utilização e carência na amortização de capital durante o prazo de utilização (Anexo VII);
- m) Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização para assunção de compromissos plurianuais é da Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que:

- A Câmara Municipal da Moita delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, referente ao empréstimo para investimento até ao valor de máximo de € 1.030.692,00 (um milhão trinta mil seiscientos e noventa e dois euros), para financiamento da Construção Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores – 2ª Tranche, nas seguintes condições:

Montante Global - Até 1.030.692 euros

Finalidade – Construção da Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores – 2ª Tranche

Prazo -240 meses a contar data de perfeição do contrato, com 36 meses de prazo de utilização.

Período de utilização/diferimento - Os primeiros 36 meses do prazo de amortização, período, durante o qual os fundos serão postos à disposição do Município, vencendo-se apenas juros.

Taxa de juro - Euribor a seis meses adicionada de Spread de 0,44%

- Delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização para assunção de compromissos plurianuais, constantes da minuta de contrato, (Anexo VIII), referentes ao empréstimo para a Construção da Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores – 2ª Tranche.
- Delibere aprovar a minuta do contrato e plano financeiro indicativo, em anexo, que faz parte integrante da presente proposta (Anexo VIII).

Anexos:

Anexo I – proposta de deliberação n. 254 (deliberação da camara municipal e assembleia municipal a autorizar o investimento)

Anexo II – proposta de deliberação n. 2 184 (deliberação da camara de consulta aos bancos, capacidade de endividamento e ficha técnica que inclui as condições do empréstimo) Anexo III - demonstração dos limites de endividamento (modelo do TC)

Anexo IV – consulta às Instituições de Crédito

Anexo V – propostas recebidas

Anexo VI – ata de análise de propostas da comissão de análise

Anexo VII – relatório final

Anexo VIII – minuta de contrato e plano financeiro indicativo

Anexo IX – cabimento para juros

Anexo X – compromisso para juros

Anexo XI – compromissos plurianuais para juros

Anexo XII – compromissos plurianuais para capital”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Vai só fazer aqui um ponto prévio há Mesa, se lhe permitir, é claro, porque é confrangedor ver o desrespeito que existe, uma e outra vez, pelos membros desta Casa. É muito, muito confrangedor, e os deputados municipais, sejam eles de que partido for, ou independentes, merecem e devem merecer o respeito de todos, como merecem e devem merecer os vereadores aqui presentes, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores secretários, os trabalhadores desta Casa e as pessoas que acompanham os trabalhos a partir de casa.

Esta Casa é de todos, está aberta para todos e trabalham ao serviço de todos, por isso, é indigno ver, uma e outra vez, os mesmos a terem sempre o mesmo tipo de comportamento. E, para que esta Casa continue a ser um espaço de liberdade, há que saber respeitar essa mesma liberdade e aqueles que tanto lutaram por ela, mostrando agora que sabem estar e comportar-se nesta Casa.

Relativamente à contratação do empréstimo, vai passar a palavra à Vice-presidente Sara Silva.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

A proposta que aqui trazem diz respeito, precisamente, à 2ª tranche da contratação do empréstimo para a piscina municipal da Moita, e para recordar como é que surgiu esta proposta, referiu que, em 2020, foi aprovada a contratação do empréstimo no valor de 2782984 euros para financiamento da piscina municipal e respetivos arranjos exteriores, tendo esse concurso ficado deserto, o que obrigou ao lançamento de um segundo concurso que aconteceu em fevereiro de 2021. O valor desta nova adjudicação, deste segundo concurso, aumentou e passou a ser de 3075722,54 euros, e a este valor acresce os trabalhos complementares e as revisões de preço a que têm assistido, portanto, entre o primeiro e o segundo concurso, há uma diferença de 1030692,33 euros, uma dívida emergente que não pode ser satisfeita com o empréstimo inicial.

Portanto, havendo margem disponível para o endividamento, que já verificaram pela explicação do empréstimo anterior, propõe-se que toda a execução da obra, e esta diferença, não seja financiada por tesouraria, mas que seja financiada por um empréstimo bancário, porque assim podem libertar esta tesouraria para outros investimentos, nomeadamente, aquilo que é sempre emergente, e que têm vindo a verificar, que são as constantes ruturas e que os obrigam a intervir. E, precisamente este valor que estava contemplado em tesouraria, passar a ser satisfeito por empréstimo bancário, libertando assim a tesouraria municipal para possíveis aumentos de custos, com matérias e com transporte, a que estão a assistir na conjuntura económica em que estão atualmente, e é nesse sentido que vêm aqui fazer esta proposta da contratação de empréstimo para esta diferença de valor.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezoito votos a favor, sendo quinze do PS, um do BE; doze abstenções, sendo dez da CDU, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Faim

“Os argumentos que levaram os vereadores da CDU a votar contra este empréstimo para a 2ª tranche dos arranjos exteriores da piscina municipal da Moita, mantêm-se na íntegra e justificados, em grande parte, pelas alterações que o executivo do PS introduziu ao projeto. Contudo, não queremos que isso sirva de desculpa ao PS, na Câmara, para justificar os atrasos e bloqueios na realização da obra, daí o nosso sentido de voto de abstenção nesta Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, um do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, eram vinte e três horas e quinze minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e três.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIII MANDATO 2021 - 2025
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 08.07.2023 A 21.08.2023
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
088	14-07-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Discussão e aprovação prévia dos investimentos a realizar com recurso a empréstimo até ao montante máximo €2.930.000,00 para execução de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais; Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento de obras de remodelação e construção das redes de águas residuais até ao montante de €2.930.000,00
089	14-07-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 12.07.2023
090	31-07-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 26.07.2023
091	31-07-2023	AFAV - Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros	Remete cópia da moção "Ao Lado dos Bombeiros Todos os Dias", aprovada por unanimidade na reunião de 29.06.2023
092	04-08-2023	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Remete convocatória relativa ao XXVI Congresso da ANMP, dia 30/09/2023, no Seixal
093	10-08-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Relatório de Execução - Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação - "Moita - Percursos de Igualdade" 2022-2025
094	16-08-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: 3ª Revisão ao Orçamento Plurianual; Contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento da construção da Piscina Municipal da Moita e respetivos arranjos exteriores – 2.ª Tranche
095	16-08-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 11.08.2023
096	16-08-2023	João Pedro Vaz Figueiredo	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
097	16-08-2023	Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
098	17-08-2023	Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
099	17-08-2023	Miguel Francisco Amoêdo Canudo	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
100	17-08-2023	Carlos Alberto Pereira Dias	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto

101	17-08-2023	Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa	Informa que na Sessão Extraordinária de 21 de agosto se fará substituir pelo Secretário, Pedro Manuel da Silva Aniceto
102	17-08-2023	Cândida de Lurdes Gomes Vinagre	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
103	18-08-2023	João Daniel Baião de Brito Apolónia	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
104	21-08-2023	Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias	Informa que na Sessão Extraordinária de 21 de agosto se fará substituir pelo Tesoureiro, Luís Cerqueira
105	21-08-2023	Cátia Cristina Pereira Tavares	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
106	21-08-2023	Elvis João Duarte de Freitas	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 21 de agosto
107	21-08-2023	Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias	Informa que, por impossibilidade do Tesoureiro, Luís Cerqueira, na Sessão Extraordinária de 21 de agosto se fará substituir pela Secretária, Cátia Nunes